



newsnqtb

Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários

118

ABRIL 2026

20%

NÃO CHEGA

**OS BANCÁRIOS NÃO
ACEITAM ANDAR
PARA TRÁS!**

**REIVINDICAMOS
O MÍNIMO E AQUILO
QUE É DEFENSÁVEL.**



Tiago Teixeira

Vice-Presidente, Pelouro Marketing, Comunicação e Sustentabilidade

DA BANCA PARA A COMUNIDADE: A FUNDAÇÃO SNQTB EM AÇÃO

A Fundação SNQTB continua a afirmar-se como um pilar essencial na promoção do papel dos bancários junto da sociedade portuguesa.

No SNQTB, acreditamos que quem mais tem deve assumir a responsabilidade de apoiar quem mais precisa. É essa a missão que a Fundação concretiza diariamente, com intervenção consistente tanto no plano interno como externo.

Internamente, com periodicidade trimestral, analisamos pedidos de apoio de sócios e colegas que atravessam situações particularmente difíceis. Fazemo-lo com rigor, discricção e sentido de responsabilidade, canalizando parte das verbas provenientes da consignação anual para apoiar quem, temporariamente, enfrenta dificuldades. São apoios pontuais, mas determinantes para ajudar a ultrapassar momentos críticos e a reencontrar a estabilidade possível.

Externamente, a nossa ação alia solidariedade à valorização da imagem dos bancários junto da comunidade. Assim aconteceu em março, na resposta à Tempestade Kristin, que afetou severamente a região de Leiria, e assim acontece agora com o apoio ao IPO de Coimbra.

Sem reservas, reafirmamos o nosso compromisso com o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Apesar dos desafios que enfrenta, o SNS permanece um pilar insubstituível no acesso universal à saúde em Portugal – um sistema do qual também fazem parte os nossos sócios, nomeadamente através dos IPO de Coimbra, Lisboa e Porto.

Por isso, foi com especial satisfação que contribuimos para a requalificação da sala de espera do serviço de radioterapia do IPO de Coimbra. Não sendo o elemento central da prestação clínica, estes espaços assumem particular relevância em momentos de elevada fragilidade, devendo garantir conforto e dignidade a quem deles necessita.

Os bancários são, acima de tudo, parte ativa da sociedade portuguesa. Reconhecemos o papel do Estado, mas não abdicamos da nossa responsabilidade enquanto comunidade solidária e interventiva.

Temos orgulho em ser bancários e associados do SNQTB. E é também pela via da solidariedade que afirmamos esse orgulho.



Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários

Rua Pinheiro Chagas, 6 - 1050-177 Lisboa

Diretor: Tiago Teixeira.
Edição e redação: Paulo Gorjão.
Design: SNQTB.
Periodicidade: mensal.

- 213 581 800 - Linha de Apoio Direto
- 213 581 888 - Assistência Domiciliária e Aconselhamento Médico Telefónico
- 213 581 880 - Serviço de Vídeo-Consulta
- 213 581 890 - Fundação SNQTB
- 215 825 128 - SNQTB Ópticas Lisboa
- 221 119 739 - SNQTB Ópticas Porto
- 213 555 204 - SNQTB Clínicas

CONTACTOS DAS DELEGAÇÕES:

Aveiro 234 383 267 – aveiro@snqtb.pt
Braga 253 613 351 – braga@snqtb.pt
Coimbra 239 838 745 – coimbra@snqtb.pt
Covilhã 275 314 290 – covilha@snqtb.pt
Évora 266 092 355 – evora@snqtb.pt
Faro 289 882 538 – faro@snqtb.pt
Funchal 291 238 980 – funchal@snqtb.pt
Leiria 244 813 563 – leiria@snqtb.pt
Lisboa 213 581 870 – lisboa@snqtb.pt
Ponta Delgada 296 286 118 – pdelgada@snqtb.pt
Porto 222 076 600/8 – porto@snqtb.pt
Torres Vedras 261 051 962 – tvedras@snqtb.pt
Viseu 232 093 100 – viseu@snqtb.pt

Dias úteis das 9h às 18h. Chamada para a rede fixa nacional.

SNQTB Saúde SNQTB Seguros snqtb clínicas



www.snqtb.pt
www.facebook.com/snqtb
www.instagram.com/sindicato_snqtb

2% NÃO CHEGA: OS BANCÁRIOS NÃO ACEITAM ANDAR PARA TRÁS!

O SNQTB rejeita a proposta dos Bancos e reivindica uma atualização salarial mínima de **3,1% para 2026**.

Os Bancos propuseram um aumento salarial de 2% para 2026. O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) não pode aceitar tal proposta. Não por ser intransigente, mas porque os números não mentem.

A inflação projetada pelo Banco de Portugal para este ano é de **2,8%**. O Conselho de Finanças Públicas já aponta para **2,9%**. Os salários na economia portuguesa crescem, em média, **4,0%**. Uma proposta de 2% não é uma concessão. É uma perda.

O que dizem os números, com base no Boletim Económico de março de 2026 do Banco de Portugal?

- A inflação (IHPC) está projetada em **2,8%**. Uma subida de 2% significa perda real de rendimento.
- Os salários na economia crescem **≈4,0%**. A proposta situa os bancários a metade desse valor.
- Os preços da habitação subiram **140% desde 2016**; as rendas, **65% desde 2019**. Um trabalhador em Lisboa gasta hoje cerca de 72% do seu rendimento mediano em habitação.
- A economia não está em crise: o PIB cresce 1,8%, o desemprego situa-se nos 5,8%, o investimento expande-se 3,8%. **Não há razão objetiva para pagar menos do que a inflação.**

O sector bancário exige dos seus trabalhadores elevada qualificação, adaptação tecnológica constante e conformidade regulatória crescente. Essa exigência tem de ter correspondência nos salários.

REIVINDICAMOS O MÍNIMO E AQUILO QUE É DEFENSÁVEL.



SNQTB

Sindicato Nacional dos Quadros
e Técnicos Bancários



2% NÃO CHEGA: OS BANCÁRIOS NÃO ACEITAM ANDAR PARA TRÁS!

O SNQTB não pode ignorar a evolução mais recente do enquadramento macroeconómico nacional, em particular os dados constantes do Boletim Económico de março de 2026 do Banco de Portugal.

A revisão do enquadramento macroeconómico não constitui um ajustamento marginal. Pelo contrário, traduz uma alteração relevante das condições objetivas em que a negociação salarial decorre. A inflação projetada para 2026 foi revista em alta, a pressão sobre o custo de vida mantém-se significativa, a acessibilidade à habitação agravou-se e a dinâmica salarial da economia portuguesa continua em níveis claramente superiores ao valor proposto pela Banca.

Ao propor uma atualização de 2%, a Banca ignora os dados mais recentes e desconsidera a forma como estes se traduzem em impacto efetivo sobre o rendimento dos trabalhadores. Uma proposta de atualização salarial de 2% não acompanha a evolução dos preços, não acompanha a evolução dos salários na economia, não responde ao agravamento do custo de vida e não encontra justificação num cenário macroeconómico que, embora mais moderado, está longe de traduzir uma situação de crise suscetível de legitimar contenção salarial desta magnitude.

Desalinhamento com a evolução dos preços

Há um desalinhamento entre a proposta salarial da Banca de 2% e a evolução esperada dos preços em 2026. O Boletim Económico de março de 2026 do Banco de Portugal reviu em alta a inflação projetada.

Indicadores de preços (2026)

Indicador	Valor projetado	Diferença vs. 2%
Inflação (IHPC)	2,8%	-0,8 p.p.
Deflador do PIB	≈3,0%	-1,0 p.p.
Inflação intra-anual (pico)	≈3,1%	-1,1 p.p.

Os dados demonstram, desde logo, que o valor de 2% fica abaixo de todos os principais referenciais de preços relevantes para 2026. Face ao IHPC, a diferença é de 0,8 pontos percentuais. Face ao deflador do PIB, a diferença aproxima-se de 1 ponto percentual. E tendo em conta a evolução intra-anual da inflação, a diferença pode atingir cerca de 1,1 pontos percentuais em determinados momentos do ano.

Isto significa que uma atualização salarial de 2% não é neutra em termos reais. Pelo contrário, representa uma perda de poder de compra entre cerca de 0,8% e 1,1%, consoante o indicador utilizado. Esta conclusão é particularmente importante porque demonstra que a proposta da Banca não assegura sequer o objetivo mínimo de manutenção do rendimento real.

Importa ainda sublinhar que o deflador do PIB continua a situar-se em torno de 3%, o que reforça a ideia de que a economia portuguesa, em termos nominais, continua a crescer a um ritmo incompatível com uma atualização salarial de apenas 2%. Sendo o sector bancário uma área de serviços qualificados, a utilização de um indicador mais amplo como o deflador do PIB tem particular relevância, uma vez que capta melhor a evolução agregada dos preços da produção interna.

Incompatibilidade com a dinâmica salarial da economia

A insuficiência da proposta da Banca torna-se ainda mais evidente quando comparada com a evolução dos salários no conjunto da economia. O Banco de Portugal não projeta apenas inflação superior a 2%; projeta também um crescimento nominal dos salários claramente acima desse valor.

Evolução dos salários na economia portuguesa

Ano	Crescimento salarial	Observação
2024	5,0%	Realizado
2025	≈4,1%	Estimado
2026 (projetado)	≈4,0%	Projetado
Proposta da Banca	2,0%	-2,0 p.p. vs. economia

Estes números mostram que, em 2026, a proposta da Banca colocaria os trabalhadores bancários cerca de 2 pontos percentuais abaixo da evolução salarial projetada para a economia portuguesa. Em termos relativos, isso significa que os trabalhadores do sector bancário teriam um aumento correspondente a aproximadamente metade da média da economia.



Trata-se de um desfasamento especialmente grave num sector intensivo em qualificação, exigência técnica, adaptação tecnológica e responsabilidade regulatória. O sector bancário não pode, de forma coerente, exigir elevados níveis de competência, disponibilidade e requalificação contínua e, ao mesmo tempo, propor uma evolução salarial substancialmente inferior à registada no conjunto da economia.

Além disso, o próprio Banco de Portugal reconhece que a inflação mais elevada em 2026 poderá gerar pressões adicionais sobre a evolução dos salários. Este ponto enfraquece ainda mais a posição da Banca, porque mostra que o cenário macroeconómico mais recente não valida contenção salarial adicional.

Subestimação do custo de vida e das pressões sobre o rendimento disponível

Uma das fragilidades mais significativas da resposta da Banca reside na forma abstrata e redutora como trata a inflação. A vida económica dos trabalhadores não é determinada apenas pela média anual do índice de preços, mas pela evolução concreta das rubricas com maior peso no orçamento familiar, com destaque para habitação, energia e despesas correntes essenciais.

Evolução dos custos com habitação

Indicador	Variação acumulada
Preços da habitação (2016–2025)	+140%
Preços da habitação (desde 2019)	+80%
Rendas (desde 2019)	+65%

Esforço com habitação por cidade

Cidade	% do rendimento mediano com habitação
Lisboa	≈72%
Porto	≈66%

Os dados do Banco de Portugal sobre habitação são particularmente expressivos. Um aumento acumulado de 140% nos preços da habitação entre 2016 e 2025, bem como uma subida de cerca de 65% nas rendas desde 2019, traduzem um agravamento estrutural do custo de vida, que não pode ser ignorado na negociação salarial. Acresce que, em mercados urbanos como Lisboa e Porto, o esforço com habitação absorve uma fração muito elevada do rendimento mediano, atingindo cerca de 72% em Lisboa e 66% no Porto.

Estes números mostram que as pressões sobre o rendimento disponível não são residuais. Pelo contrário, incidem precisamente sobre rubricas pouco substituíveis e com forte impacto no bem-estar das famílias. Por isso, a proposta da Banca falha também num plano substantivo: não responde ao custo de vida efetivamente suportado pelos trabalhadores.

Leitura do cenário macroeconómico

A Banca tende a sustentar a sua posição num argumento de incerteza e desaceleração económica. Embora seja verdade que o Banco de Portugal reviu o crescimento em baixa, essa revisão não equivale à validação de uma narrativa de crise ou retração generalizada.

Indicadores macroeconómicos (2026)

Indicador	Valor (2026)
Crescimento do PIB	+1,8%
Crescimento do emprego	≈1,3%
Taxa de desemprego	≈5,8%
Investimento (FBCF)	≈3,8%

Estes dados indicam um cenário de moderação, mas não de colapso. O PIB continua a crescer, o emprego continua a aumentar, a taxa de desemprego mantém-se em níveis relativamente baixos e o investimento continua a apresentar uma evolução positiva, designadamente com o impulso do PRR. Em termos económicos, isto significa que o quadro de referência não é o de uma economia em recessão ou de forte deterioração da atividade, mas o de uma economia que abranda, mantendo, todavia, os seus principais fatores de suporte.

A leitura da Banca é, por isso, seletiva. Valoriza os sinais de abrandamento, mas omite os elementos de resiliência e continuidade que o próprio Banco de Portugal sublinha. Quando os principais indicadores continuam a apontar para crescimento positivo, emprego robusto e investimento relevante, não existe sustentação suficiente para uma proposta salarial tão compressiva.



Contradição estratégica

A proposta da Banca contém ainda uma contradição estrutural entre o discurso sobre a transformação do sector e a política salarial que pretende aplicar. Por um lado, o sector bancário sublinha com frequência a centralidade da digitalização, da inovação, da adaptação tecnológica, da conformidade regulatória e da especialização técnica. Por outro lado, a proposta salarial apresentada não reflete a necessidade de valorizar o capital humano que suporta precisamente essa transformação.

O Banco de Portugal identifica produtividade, qualificação e inovação como motores centrais do crescimento futuro. Esta observação tem particular importância para o sector bancário, que depende fortemente do conhecimento técnico, da capacidade de adaptação a novas exigências e da retenção de trabalhadores qualificados.

Num sector com custos com pessoal na ordem dos 2,5 mil milhões de euros e resultados líquidos superiores a 5 mil milhões de euros, a valorização salarial não deve ser tratada como um encargo incompatível com a sustentabilidade. Antes pelo contrário: deve ser entendida como um investimento na estabilidade, na retenção de talento e na capacidade de execução das próprias estratégias de modernização do sector.

A contenção salarial num contexto de forte exigência de qualificação gera um problema de coerência. Não é possível afirmar a importância estratégica das pessoas e, simultaneamente, propor uma atualização salarial que implica perda real de rendimento e desfasamento face à economia.

Avaliação quantitativa da proposta de 2%

A conjugação dos elementos anteriores permite fazer uma leitura integrada da insuficiência da proposta apresentada pela Banca.

Síntese de impactos da proposta de 2%

Dimensão	Impacto
Face à inflação (IHPC)	-0,8 a -1,1 p.p.
Face à dinâmica salarial da economia	-2,0 p.p.
Poder de compra real	≈ -1%
Custos essenciais (habitação)	+65% a +140%

O quadro resume de forma clara a posição relativa da proposta de 2%. Em matéria de inflação, a proposta implica uma perda real de rendimento entre 0,8 e 1,1 pontos percentuais. Em matéria de evolução salarial relativa, deixa os trabalhadores bancários 2 pontos percentuais abaixo da economia. E quando confrontada com a evolução dos custos essenciais, a insuficiência torna-se ainda mais evidente.

Deste modo, a proposta da Banca não pode ser caracterizada como prudente ou ajustada. Em rigor, ela apresenta-se tecnicamente descredibilizada, porque não resiste à comparação com os indicadores quantitativos mais relevantes. Não assegura proteção do poder de compra, não acompanha a evolução da economia e não responde à realidade do custo de vida.

Referencial mínimo adequado: 3,1%

Uma vez demonstrada a insuficiência dos 2%, importa clarificar por que razão um referencial na ordem dos 3,1% continua a ser adequado e sustentado pelos dados disponíveis.

Fundamentação do valor de 3,1%

Critério	Referência
Inflação relevante (IHPC)	2,8% – 3,1%
Deflador do PIB	≈ 3,0%
Dinâmica salarial da economia	≈ 4,0%

O valor de 3,1% apresenta três vantagens objetivas.

Em primeiro lugar, situa-se em linha com a inflação relevante para 2026, seja considerada a projeção média do IHPC, seja considerada a trajetória efetiva dos preços ao longo do ano.

Em segundo lugar, acompanha a ordem de grandeza do deflator do PIB, o que é particularmente relevante numa economia de serviços e num sector como o bancário.

Em terceiro lugar, mantém-se abaixo da dinâmica salarial média da economia, o que demonstra que não se trata de uma reivindicação maximalista, mas antes de um referencial prudente.

A proposta de 3,1% permite, assim, responder simultaneamente a três exigências: proteção do poder de compra, coerência com a evolução nominal da economia e manutenção de uma posição negocial equilibrada. O seu mérito está precisamente em combinar suficiência económica com moderação relativa.



Paulo Gonçalves Marcos
Presidente da Direção
do SNQTB

Conclusão

A análise quantitativa e qualitativa realizada demonstra que a proposta da Banca não reúne condições técnicas nem económicas para servir de base adequada à negociação salarial de 2026.

O valor de 2% implica perda real de rendimento, afasta os trabalhadores bancários da dinâmica salarial da economia, ignora a pressão exercida pelos custos essenciais e assenta numa leitura parcial do enquadramento macroeconómico. Em paralelo, não é coerente com a importância estratégica que o próprio sector atribui ao capital humano, à qualificação e à adaptação tecnológica.

Pelo contrário, os dados disponíveis sustentam a necessidade de uma atualização superior, sendo 3,1% um referencial mínimo coerente com a inflação relevante, com o deflator do PIB e com a preservação do poder de compra. Este valor não representa uma exigência excessiva; representa uma base economicamente justificável e tecnicamente sustentada.

A credibilidade do processo negocial exige que as posições em discussão sejam compatíveis com os dados económicos atualizados e com a realidade efetiva vivida pelos trabalhadores. A persistência numa proposta de 2%, apesar da evidência quantitativa em sentido contrário, compromete a consistência técnica da posição da Banca e dificulta a aproximação a uma solução equilibrada.

SNQTB REÚNE COM DEPUTADOS DOS AÇORES E COM SÓCIOS DA REGIÃO

O SNQTB e a União dos Sindicatos Independentes (USI) estiveram reunidos este mês nos Açores com deputados do BE, PS e IL. Este encontro representou uma oportunidade valiosa para expor e discutir as posições do SNQTB e da USI acerca da revisão do Código do Trabalho, assim como questões específicas relacionadas com a Região Autónoma dos Açores.

Durante a visita, tivemos o prazer de reencontrar diversos sócios e amigos, tanto ativos quanto reformados, trocar pontos de vista, esclarecer dúvidas e, principalmente, reforçar o laço e o espírito único que nos conecta.

Continuamos a afirmar, sem hesitar: somos o melhor Sindicato da Banca e sentimos um profundo orgulho nisso!





FUNDAÇÃO SNQTB APOIA IPO DE COIMBRA

No âmbito do plano de atividades para 2026, a Fundação SNQTB decidiu conceder um donativo destinado às obras de recuperação da sala de espera dos serviços de radioterapia do IPO de Coimbra. Este apoio visou melhorar as condições de acolhimento dos utentes, reforçando o compromisso da Fundação com causas de relevo social.

Para além do apoio direto a sócios que enfrentam situações de carência ou vulnerabilidade, a Fundação SNQTB dedica-se também à promoção de iniciativas que valorizem os bancários junto da sociedade civil. Através destas ações, procura-se não apenas ajudar quem mais precisa, mas também reconhecer e enaltecer o papel solidário dos profissionais do sector bancário.

O apoio ao IPO de Coimbra surgiu na sequência da colaboração anterior, em 2024, com o IPO do Porto, onde a Fundação SNQTB contribuiu para um projeto semelhante de recuperação de instalações. Este percurso evidencia a continuidade e o compromisso da Fundação em apoiar instituições de referência na área da saúde.

O SNQTB e o SNQTB Saúde expressam o seu firme apoio ao SNS, pilar fundamental do acesso universal à saúde em Portugal.

A terminar, apelamos à consignação fiscal a favor da Fundação SNQTB. Este gesto solidário é fundamental para que seja possível mantermos um papel relevante, proporcionando apoios e promovendo iniciativas de impacto social.

**CONSIGNE 1% DO SEU IRS/IVA
À FUNDAÇÃO SNQTB
510 042 627**



SNQTB ESTABELECEU PROTOCOLO COM A FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO

O SNQTB estabeleceu um protocolo que enquadra uma nova parceria institucional com a Fundação Bissaya Barreto.

Ao abrigo deste protocolo, os sócios do SNQTB passam a usufruir:

- 25% de desconto no acesso ao Portugal dos Pequenitos
- 25% de desconto nos eventos pagos da Casa das Artes Bissaya Barreto
- 50% de desconto no acesso à Casa-Museu Bissaya Barreto

Descontos aplicáveis a sócios, beneficiários e portadores do Plano Saúde SNQTB.

Comunicações aos sócios - Março de 2026

- Radiografia ao sector financeiro: as pessoas, primeiro (5 de março)
- Fundação SNQTB: candidaturas a apoios sociais abertas até 15 de março (6 de março)
- Nota de pesar (12 de março)
- Fundo de Pensões CCAM reunião da Comissão de Acompanhamento (16 de março)
- Já conhece o Canal WhatsApp SNQTB? (19 de março)
- ANIMA: Workshop culinário: Pastas Italianas (20 de março)
- SNQTB Clínicas de Lisboa oferece consultas gratuitas de Medicina Geral e Familiar (20 de março)
- ANIMA: Visita à Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves (23 de março)
- Cursos de verão: últimos dias (24 de março)
- Conheça todas as novidades do seu Sindicato! (25 de março)
- Apartamentos ANIMA/SNQTB (27 de março)
- Banca mantém o habitual imobilismo negocial e mantém propostas de revisão minimalistas (27 de março)
- Fundo de Pensões do Montepio Geral reunião da Comissão de Acompanhamento (30 de março)
- Conselho Geral aprova Relatório e Contas (31 de março)